

ANDRIEU, Éléonore, Pierre CHASTANG, Fabrice DÉLIVRÉ, Joseph MORSEL y Valérie THEIS, org. *Le pouvoir des listes au Moyen âge – III: Listes, temps, espace*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023, 458 pp. ISBN: 9791035108663.

Reseña de acceso abierto distribuida bajo una [Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional \(CC-BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). / Open access review under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
DOI: <https://doi.org/10.24197/em.25.2024.463-468>

O volume em apreço é a terceira obra colectiva do programa pluridisciplinar POLIMA – Pouvoir des listes au Moyen Âge, este com as comunicações apresentadas nos encontros de Madrid (2017) e Paris (2018) dedicados, respectivamente, aos diferentes modos como a lista se inscreve nas concepções medievais de espaço e de tempo. O volume é rico e denso, bem enquadrado por uma introdução da responsabilidade dos organizadores, onde são apresentados os vectores que orientaram as investigações, e um posfácio de Florian Mazel que funciona como um excelente guia de leitura dos textos, uma sùmula das vias de exploração do papel das listas na sociedade medieval na dupla perspectiva da espacialidade e da temporalidade.

O programa POLIMA partiu das propostas de Jack Goody sobre o potencial estruturante da lista, entendida como o resultado de um processo intelectual e gráfico indissociável da escrita, elaborada com o fim de compreender e ordenar o mundo, uma forma sintética e eficaz de armazenar e transmitir informação, a qual pode ser reorganizada e reutilizada. Na introdução, os editores reflectem acerca do significado dos conceitos de tempo e espaço para o homem medieval, assinalam a evolução da historiografia nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre a espacialidade, mais desenvolvidos do que os dedicados à vivência medieval do tempo (que consideram carecer de revisitação e revisão), e a forma como a produção de listas reflecte esses temas de espacialidade e temporalidade. Nos textos agora reunidos, debate-se a criação, utilização e reutilização do formato lista em diversos contextos, partindo dos critérios previamente definidos para caracterizar ‘o que constitui uma lista’, a saber, co-enumerabilidade, segmentação e classificação, aqui acrescidos de um quarto critério, a espaço-temporalidade. O resultado é muito interessante e estimulante, abrindo vias inovadoras de exploração de textos medievais que,

pelas suas tipologias, têm sido usados sobretudo como fontes históricas, e pouco estudados em si mesmos.

A exploração das potencialidades que a lista oferece de reutilização e reorganização das unidades discretas que a compõem é a linha condutora do primeiro conjunto de textos. Francis Gingas, em “*Mesure du temps et liens de sang: les listes généalogiques dans les paraphrases, adaptations et traductions de la Bible en ancien et moyen français*” acompanha a recepção em língua francesa de duas passagens do Génesis com as listas genealógicas dos patriarcas desde Adão até Abrão, traduzidas ou adaptadas em obras de cariz historiográfico. As listas em causa obedecem a um padrão rítmico e repetitivo (reflexo, em primeira instância, das estratégias da transmissão oral) que nomeia o patriarca, a idade que tinha aquando do nascimento do seu primogénito, e o número de anos que viveu desde então. Gingas mostra como estas listas foram usadas para calcular as idades do homem e a idade do mundo, foram objecto de apropriação e actualização, e usadas quer como instrumento ideológico e jurídico para promover o direito de primogenitura na sucessão das linhagens na sociedade senhorial medieval, quer para inscrever os cristãos no fio da história profetizada, desde o primeiro homem até ao fim dos tempos, contrariando em parte a visão tradicional da circularidade do tempo medieval.

No conjunto das contribuições que abordam a relação entre a lista e o tempo, o estudo de Julie Claustre, “*Le temps des écrous*” oferece uma inovadora leitura dos registos de presos da cadeia do Châtelet nos sécs. XIV-XV, estudados não como fonte para a história da criminalidade mas na sua dupla intenção primária de listas elaboradas para limitar o tempo de encarceramento dos prisioneiros antes da apresentação perante os magistrados, e para promover a eficiência da administração da justiça ao expor, na mesma entrada, além da data, do nome e estatuto social, o motivo da prisão. O registo de presos, organizado cronologicamente à medida que novos presos eram entregues, era ainda passível de actualização após a sentença, permitia a compilação de novas listas de acordo com as modalidades de saída, além de um instrumento de gestão quotidiana da ocupação dos cárceres e da aplicação da justiça régia.

Os temas de repetição, reapropriação e actualização para a realidade medieval (a contemporaneidade possível) das informações veiculadas nas listas enumerativas antigas são retomados no texto de Nathalie Bouloux, “*Liste géographique, représentation de l’espace et pensée graphique*”, que explora o papel das listas geográficas tardo-antigas nas representações medievais do mundo. Interrogando o interesse que poderiam suscitar na

sociedade medieval listas de topónimos já desaparecidos ou desconhecidos, sugere que estas seriam usadas em contexto escolar, acompanhando diagramas ou mapas-mundi esquemáticos, como práticas de memorização contextualizada dos lugares do mundo. Mostra como autores tardo-medievais modernizaram a representação antiga do espaço através de novas listas, substituindo ou completando as descrições antigas com listas de províncias eclesiásticas ou de soberanias feudais, mais representativas das realidades coevas, com destaque para o surgimento de uma nova maneira de organizar a informação geográfica, a descrição do espaço laico segundo o domínio político, produto da actividade dos arautos e reis d'armas. A relação funcional entre a representação espacial esquemática e a lista (possível apenas em sociedades propriamente 'históricas', isto é, com escrita) é igualmente central ao texto de Uta Kleine, "Lieux de pouvoir, lieux de mémoire", onde se revela uma pouco conhecida tipologia de instrumentos de gestão do património fundiário monástico: o *inventaire-plan*, que associa a representação geometrizada do espaço (dividido em áreas delimitadas em torno da figuração estilizada polarizadora do edifício do mosteiro) às listas de localidades e respectivos réditos, dispostas de acordo com a topografia do espaço conhecido. A leitura do inventário é ao mesmo tempo linear e segmental, e sugere um itinerário que percorre os bens da instituição segundo a sua distribuição geográfica. Estas listas figuradas assinalam, para U. Kleine, uma evolução da percepção medieval do espaço no s. XII, quando as antigas técnicas mnemónicas são substituídas por listas e diagramas que configuram a nova concepção da memória humana como uma página ou um mapa.

Polarização e itinerário são noções também presentes na contribuição de Pierre Chastang, "La ville au prisme de la liste: Dénombrer, délimiter et connaître à Paris, Avignon et Montpellier aux XIII^e et XIV^e siècles". Nela são focadas as múltiplas potencialidades da lista enquanto instrumento de fiscalidade da gestão administrativa urbana: a *documentalisation* da vida social, pela capacidade inerente de tratamento e cruzamento de dados listados, que permite enumerar coisas e pessoas num colectivo de dependência do poder político e económico dominante; a ordem da enumeração dos limites urbanos ou dos bens e rendas, que remete para a topografia das povoações; a descrição do espaço urbano em percursos possíveis na sucessão de ruas e monumentos. Estas características traduzem a transformação da percepção de um espaço feudal num espaço territorializado virado para as comunidades políticas e das instituições laicas e eclesiásticas. O jogo de remissão entre realidade descrita e realidade territorial continua no texto de Joseph Morsel, "Ce que la liste fait à l'espace – ce que l'espace fait à la liste", na comparação

entre a enumeração de propriedades e direitos registada na carta de venda do castelo de Burgsinn e as listas dessas propriedades, contemporâneas ou posteriores, copiadas em cartulário. Morsel nota como as fórmulas de pertinência da carta de venda são sintacticamente mais ricas do que as entradas das listas e estão organizadas segundo uma lógica de enumeração deambulatória do perímetro de alguns dos bens delimitados. Pelo contrário, nas listas de propriedades e rendas, de carácter mais fortemente contabilístico, nem sempre impera uma lógica topográfica, o que pode em parte explicar-se por uma diferença de intencionalidade. A leitura da carta de venda provocaria uma evocação mental do percurso descrito, pontuado por marcos naturais reconhecidos na paisagem, cuja referência não faria sentido numa lista de propriedades e rendimentos.

Ainda sob o tema da representação do espaço, mas com ênfase nas estratégias de territorialização da noção de Cristandade, o texto de Valérie Theis “Le rôle de la liste dans la construction d’une représentation globale de l’espace de la Chrétienté” explora a forma como, na corte pontifícia, as listas de dioceses e estabelecimentos dependentes da Igreja (*provinciais*) foram usadas a partir do s. XII para construir uma concepção territorial e global do poder papal.

Desenhando em traços largos a historiografia do conceito de “espaço da Cristandade”, aponta o abandono das duas ideias-base, uma de que a Cristandade era uma realidade territorial, a outra de que esse espaço correspondia à Europa, e oferece em alternativa a percepção do conceito de Cristandade como comunidade dos crentes que só gradualmente foi sendo acrescentado de uma noção de territorialidade, durante o pontificado de Calixto II, e para a qual terá sido instrumental o trabalho do camareiro Cencio. Thiers compara a organização dos provinciais anteriores com o censal compilado por Cencio e reconhece neste um labor original de reformulação dos dados presentes nas antigas listas administrativas, ordenando categorias territoriais segundo uma lógica geográfica que configura um itinerário. A lista remete directamente para o território submetido ao poder eclesiástico e constitui um instrumento da eficácia administrativa da Igreja num contexto de centralização territorial por parte do papa.

É também no âmbito da construção de instrumentos de legitimação do poder papal que se insere a contribuição de Fabrice Delivré, “La liste des schismes de l’Église romaine: Temps, histoire et prophétie (fin XIV^e-début XVI^e siècle)”, um verdadeiro *tour-de-force* de pesquisa documental. Partindo da lista dos vinte e dois cismas da Igreja desde o tempo de Constantino, produzida em consequência do Grande Cisma de 1378 como instrumento de

legitimação do papa Clemente VI, Delivré acompanha a reprodução, utilização e ampliação da primeira lista, mais breve e sintética, em crónicas e narrativas historiográficas posteriores, que partem das menções secas para desenvolvimentos textuais vindos de outras fontes, interpolações explicativas que procuram contextualizar e actualizar a lista, acrescentando novos cismas à medida que se sucediam no tempo, mudando a lista de papas e antipapas da forma mais conveniente ao escritor... Além da ligação temporal do passado ao presente (aos sucessivos presentes) fornecida pela ordenação cronológica dos cismas, F. Delivré encontra nesta reiteração da lista um intuito pedagógico, virado para o futuro, uma vez que a lista vai apresentando modelos de resolução dos conflitos, legitimando uma ou outra das possíveis vias de solução.

Dois outros trabalhos são também dedicados a listas elaboradas ao longo do tempo, organizadas cronologicamente com a finalidade de registar em sincronia determinada categoria de acontecimentos: “Nécrologes et obituaires: Des listes entre temps de prières et pratiques administratives”, de Anne Chiamia, e “Organisation et réorganisation des naissances et décès: Listes et récits dans les livre de famille italiens”, de Franz-Josef Arlinghaus. As listas necrológicas estudadas por A. Chiamia eram inscritas nas margens de livros litúrgicos com calendários religiosos, e consistiam na aposição do nome do falecido ao lado da indicação do dia do mês em que o óbito ocorrera. Estas listas abertas obedeciam a necessidades práticas e administrativas, para gerir as obrigações de celebração de missas e evocação dos defuntos durante o ofício divino. Pela natureza cíclica do calendário, iam sendo acrescentadas ano após ano no mesmo códice, e copiadas para novos livros quando a ocasião o impunha, numa tripla dimensão temporal: o registo do momento presente passava a integrar a lista dos defuntos passados, que eram lembrados ciclicamente e objecto de nova missa votiva, com a esperança da salvação eterna. No segundo caso, Arlinghaus encontrou as listas de nascimentos e mortes de filhos de mercadores italianos registadas factualmente no meio de outras entradas referentes à gestão quotidiana da casa. São pequenos assentos redigidos em frases completas, introduzidos pela data do evento, dos quais está omissa o critério de segmentação que contribui para a definição de lista mas, como também o autor nota, as restantes entradas destes livros de contabilidade seguem o mesmo modelo redaccional, e em vez da síntese própria à sintaxe da lista, é na repetição de palavras e expressões e na sua distribuição no espaço gráfico da página que se gera a coerência interna.

Neste, como em alguns dos textos finais do volume, a questão da definição do que é uma lista coloca-se de forma saliente. O aspecto pragmático e utilitário das listas administrativas é secundarizado e dá lugar aos usos da lista enquanto artifício literário e poético. Em “Listes et espace dans les premières chansons de geste”, Éléonore Andrieu procura recuperar traços de laicidade nos passos dedicados às proezas de Carlos Magno e seus cavaleiros nas canções de gesta do s. XI, correntes em língua d’oïl mas postas por escrito em latim cerca de um século depois, já em ambiente eclesiástico, percorrendo a transmissão manuscrita de listas enumerativas de topónimos e etnónimos e identificando as estratégias de reformulação, cristianização e integração dos nomes em novas listas de senhorios eclesiásticos. No caso do desconhecido e prolífico poeta Niccolò di Michelle Bonaiuti, que viveu em Roma entre meados do s. XIV e início do XV, Jean-Yves Tilliette refere o uso de listas exaustivas de nomes, lugares, personagens, compulsadas de autores vários e integradas nas suas epopeias religiosas e longos poemas histórico-religiosos como evocação saudosista de um passado perdido. Por fim, a cativante leitura do programa iconográfico decorativo da igreja de Saint-Hilaire proposta por Cécile Voyer (“La topographie du sacré dans l’espace ecclésial: Énumérer, ordonner, édifier”), onde interpreta certas sequências de figuras pintadas como listas, é inesperada, sobretudo pela ausência desse factor indissociável da própria natureza da lista: a escrituralidade. Mas talvez seja este também um dos poderes da lista, a possibilidade de abertura a leituras plurais. Em suma, um conjunto de textos de grande qualidade.

Susana Tavares Pedro
Universidade de Lisboa (Centro de História)
susana.t.pedro@edu.ulisboa.pt